



**Fundação Assistencial e Previdenciária da
EMATERCE**

RELATÓRIO ANUAL

2017

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
DESTAQUES 2017	4
1. INTRODUÇÃO	6
2. A FAPECE	6
3. ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	6
4. INFORMAÇÕES PREVIDENCIAIS	7
4.1. CARACTERÍSTICAS DO PLANO FAPECE BD:.....	7
4.2. IDADE MÉDIA DE PARTICIPANTES	7
4.3. BENEFÍCIOS PAGOS	7
4.4. ORIGEM DOS RECURSOS	8
5. POLITICAS DE INVESTIMENTO.....	8
5.1. ALOCAÇÃO-OBJETIVO X LIMITES POR SEGUIMENTO.....	8
5.2. BENCHMARKS E METAS DE RENTABILIDADE	9
5.3. CONTROLE DE RISCOS.....	9
6. INVESTIMENTOS	9
6.1. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	9
6.2. ALOCAÇÃO POR VEÍCULO	10
6.3. RENTABILIDADE E EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS	10
6.4. DESPESAS COM A GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	11
7. GESTÃO ADMINISTRATIVA	11
7.1. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	11
7.2. INDICADORES DE GESTÃO.....	13
8. INFORMAÇÕES ATUARIAIS.....	13
8.1. AVALIAÇÃO ATUARIAL	13
8.2. PREMISSAS ATUARIAIS.....	14
9. PARECER ATUARIAL.....	15
10. DEMONSTRAÇÕES 2017.....	17
10.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	17
10.2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21
10.3. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	38
11. PARECERES DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	41
11.1. PARECER DO CONSELHO FISCAL	41
11.2. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	41

DESTAQUES 2017

JANEIRO

- Finalizamos o processo de migração do Fundo Exclusivo da FAPECE para gestão da Caixa Econômica Federal.
- O Conselho Deliberativo aprovou o Estudo Técnico de Aderência das Hipóteses e Premissas Atuariais da avaliação atuarial de 31/12/2016.
- Iniciamos a utilização do novo sistema (módulo) financeiro contratado da empresa Atena com entrega homologada em 07/12/2016.

FEVEREIRO

- Participaram do curso preparatório para prova da ANBIMA (CPA20), no intuito de obterem a respectiva certificação os conselheiros Vicente Moura, membro do Conselho Deliberativo e Maria Gortte Alves, membro do Conselho Fiscal da entidade.

MARÇO

- O Conselho Deliberativo aprovou o Relatório Atuarial, Parecer Atuarial e Plano de Custeio para 2017.
- O membro do Conselho Fiscal, Maria Gorette Alves, formalizou renúncia ao cargo que exercia mediante apresentação de carta de renúncia motivada pela não obtenção da certificação exigida pela legislação.
- Encaminhamos as Fichas de Recadastramento dos participantes ativos e assistidos.
- A PREVIC editou a Nota Técnica nº 644/2017 tratando sobre a falta de certificação dos conselheiros Vicente Moura e Maria Stela Mendes, impossibilitando o deferimento da Habilitação para regular exercício dos cargos.

ABRIL

- O Conselho Deliberativo aprovou a proposta da empresa Aditus para elaboração do novo estudo de ALM.
- A Diretoria Executiva levou ao Conselho Deliberativo estudo realizado pelo atuário responsável pelo plano de benefícios administrado considerando adequada a manutenção da aplicação da alíquota de 0,23% na liberação de empréstimos para os participantes, assistidos e pensionistas, no intuito de constituir o Fundo Garantidor de Empréstimos (FGE), que aprovou a manutenção da aplicação da mencionada alíquota.
- Com o auxílio da consultoria de investimentos, a Diretoria Executiva iniciou um estudo para análise e seleção de gestores no segmento multimercado objetivando reestruturar a carteira de investimentos desse segmento.

MAIO

- O Conselho Deliberativo aprovou proposta para realização de reavaliação dos imóveis.
- A PREVIC publicou a instrução PREVIC nº 6 de 29/05/2017, atribuindo ao dirigente máximo da entidade a responsabilidade para conceder Habilitação aos membros dos conselhos Deliberativo e Fiscal desde que atendam as exigências da norma aplicável.
- Foram emitidos o Parecer do Conselho Fiscal e a Manifestação do Conselho Deliberativo, aprovando as demonstrações contábeis.
- Publicada no site da FAPECE, nova tabela de contribuições com vigência a partir de 01/05/2017.

JUNHO

- O Conselho Fiscal finalizou a elaboração do Relatório de Manifestação referente ao 2º semestre de 2016.
- O Conselho Deliberativo decidiu destituir de seus cargos o membro do Conselho Deliberativo, Sr. Vicente Moura, e o membro do Conselho Fiscal, Sr. Thomas Edson Góes, por não terem logrado êxito no intuito de obterem a certificação exigida pela legislação para regular exercício das funções, mesmo após o prazo normativo e o prazo previsto no Plano de Ação aprovado pelo Conselho Deliberativo.

- O Diretor Presidente da entidade passou a compor o quadro de Delegados Sindicais do SINDAPP.
- O horário de atendimento na sede da FAPECE passou a ser ininterrupto, das 08h00 às 17h00, ampliando o tempo de atendimento ao participante, dependentes e colaboradores.
- O Conselho Deliberativo aprovou a proposta apresentada pela Diretoria Executiva para a contratação de um jornalista no intuito de auxiliar a entidade a retomar a edição de jornais destinados à distribuição entre os participantes, com tiragem quadrimestral, no intuito de prestar contas das atividades desenvolvidas pela entidade e iniciar um movimento de aproximação do participante e a sua entidade de previdência complementar.

JULHO

- Realizamos o pagamento de 50% do abono anual de 2017 aos assistidos.
- O Conselho Deliberativo aprovou a contratação da empresa selecionada para realização dos serviços de auditoria externa.

AGOSTO

- A Diretoria Executiva apresentou ao Conselho Deliberativo os resultados do estudo de ALM e da taxa real anual de juros.
- A Diretoria Executiva solicitou aos conselheiros auxílio no trabalho corpo-a-corpo junto aos participantes (ativos) no intuito de preencherem adequadamente a Ficha de Recadastramento, já com as novas informações solicitadas pelo novo sistema (módulo) de benefícios implantado, diante do baixo retorno.

SETEMBRO

- Em razão da não obtenção da certificação exigida pelo órgão regulador, o Sr. Francisco Alves de Souza, membro suplente do Conselho Fiscal da entidade, solicitou renúncia ao cargo.
- Foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, ajuste na redação do texto das Políticas de Investimento, fazendo-se nela constar a destinação que a entidade pretende dar ao terreno da entidade.

OUTUBRO

- Por meio do ofício 292/2017 da EMATERCE, datado de 30/10/2017, a patrocinadora informou à FAPECE o indeferimento, pelo COGERF, do pagamento da 7ª parcela especial da dívida da patrocinadora.
- O Conselho Deliberativo aprovou a contratação de consultoria de investimentos para elaborar e desenvolver as Políticas de Investimento do Plano BD e PGA da entidade para o período de 2018-2022.
- A FAPECE realizou em parceria com a CAGEPREV um Treinamento em Previdência Complementar nos dias 17 e 18/10/2017 destinado aos conselheiros e dirigentes no intuito de promover a capacitação dos profissionais que estão à frente da entidade.

NOVEMBRO

- O Conselho Deliberativo aprovou também o Regulamento das Eleições 2018 para novos membros dos conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade, a realizar-se em 26/02/2018.
- A Diretoria Executiva enviou o Ofício nº 108/2017, datado de 10/11/2017, para a EMATERCE alertando sobre a importância da realização de auditoria da patrocinadora na entidade, relativamente ao exercício de 2016.
- Dando início à cobrança da 7ª parcela especial da dívida da patrocinadora vencida em 30/10/2017, a Diretoria Executiva emitiu Notificação Extrajudicial por força do Ofício nº 110/2017, datado de 16/11/2017, cumprida pelo Cartório Pergentino Maia em 20/11/2017.
- A Diretoria Executiva validou o Estudo de Aderência das Hipóteses Atuariais incluindo a redução da taxa de juros real anual, de 5,5% para 5% e encaminhou o tema para discussão pelo Conselho Deliberativo.
- O Conselho Deliberativo aprovou o Estudo de Aderência das Hipóteses Atuariais incluindo a redução da taxa de juros real anual, de 5,5% para 5%.

DEZEMBRO

- O Conselho Deliberativo aprovou Plano de Ação para recomposição dos órgãos colegiados, solicitado pela PREVIC, através do ofício nº 047/2017/ERPE/DIFIS/PREVIC.
- O Conselho Deliberativo aprovou proposta de reestruturação das alocações no segmento multimercado apresentada pela Diretoria Executiva, com base em estudos realizados pela consultoria de investimentos.
- O Conselho Deliberativo aprovou o Orçamento para 2018 e as metas dos Indicadores de Gestão.
- O Conselho Deliberativo aprovou o Acordo Coletivo para 2018 e a gratificação por desempenho dos funcionários.
- O Conselho Deliberativo também aprovou as Políticas de Investimento do Plano BD e PGA da entidade para o período de 2018-2022.
- O Conselho Fiscal emitiu parecer sobre o Estudo de Aderência das Hipóteses Atuariais.
- A FAPECE promoveu a festa de confraternização para os participantes assistidos pelo plano.
- Foi publicada a primeira edição do Jornal da FAPECE, informativo este que terá periodicidade quadrimestral.

1. INTRODUÇÃO

A Diretoria Executiva da FAPECE se dirige aos seus participantes ativos e assistidos por meio do presente informativo para dar conhecimentos acerca da gestão de seu plano de benefícios no ano de 2017, abordando qualitativa e quantitativamente os seus componentes patrimoniais, financeiros e atuariais. Nesse contexto, ganham relevo as demonstrações financeiras, a composição (posição) dos investimentos e suas respectivas rentabilidades setoriais, as despesas incorridas e os aspectos atinentes ao dimensionamento das provisões matemáticas, mais precisamente o parecer atuarial, com destaque para as premissas atuarias.

2. A FAPECE

A Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce - FAPECE é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, constituída na forma da legislação pertinente em vigor, de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Foi criada em 1986 pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE com o objetivo de administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária complementar aos seus servidores. Hoje a FAPECE é responsável pela gestão e administração do Plano Previdenciário BD, com benefício definido e seus recursos são oriundos das contribuições da patrocinadora EMATERCE e de seus servidores, bem como dos funcionários da própria FAPECE e da entidade, enquanto patrocinadora destes.

3. ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

São responsáveis pela administração e fiscalização da FUNDAÇÃO:

O Conselho Deliberativo

Composto por quatro membros e seus suplentes, o Conselho Deliberativo, órgão máximo da estrutura organizacional, é o responsável pela definição da política geral de administração da FUNDAÇÃO e de seus planos de benefícios.

O Conselho Fiscal

Também composto por quatro membros e seus suplentes, o Conselho Fiscal é órgão de controle interno da FUNDAÇÃO, cabendo-lhe precipuamente zelar pela sua gestão econômico-financeira.

A Diretoria-Executiva

Composta por 2 membros, a Diretoria-Executiva é o órgão de administração geral da FUNDAÇÃO, cabendo-lhe executar a política de administração traçada pelo Conselho Deliberativo.

4. INFORMAÇÕES PREVIDENCIAIS

4.1. CARACTERÍSTICAS DO PLANO FAPECE BD:

- **Tipo de Plano:** Benefício Definido
- **CNPB:** 19850014-38
- **Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB) 1:** Tiago Parente Lessa, Diretor Presidente, com mandato renovado pelo período de 02.05.2016 a 02.05.2019, certificado pela ANBIMA (CPA-10) em 07.03.2016, com validade até 07.03.2019 e habilitado pela PREVIC conforme Atestado nº 2016.2.1245, com vencimento em 07.03.2019.
- **Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) 2:** Francisco de Assis Sousa, Diretor de Seguridade, com mandato renovado pelo período de 02.05.2016 a 02.05.2019, certificado pelo ICSS (Investimentos) em 05.08.2016 com validade até 05.08.2019 e habilitado pela PREVIC conforme Atestado nº 2016.2.0637, com vencimento em 02.05.2019.

4.2. IDADE MÉDIA DE PARTICIPANTES

Estatística da população	Ativo	Aposentado	Pensionista
Quantidade de Participantes	232	124	71
Mínimo de Idade	31	55	17
Média de Idade	64	73	65
Máximo de Idade	79	93	89

4.3. BENEFÍCIOS PAGOS

As despesas com benefícios no exercício de 2017 totalizaram R\$ 5.379.692,29, sendo R\$ 3.548.006,24 de complementações de aposentadorias, R\$ 1.044.474,02 de complementações de pensões, R\$ 14.767,73 referentes a pagamentos de pecúlios.

Benefício	Valor (R\$)	Participação (%)
Aposentadorias	3.548.006,24	65,95%
Pensões	1.044.474,02	19,42%
Auxílio Doença	-	0,00%
Pecúlios	14.767,73	0,27%
Reserva de Poupança (*)	772.444,30	14,36%
Total	5.379.692,29	100,00%

(*) O valor de R\$ 772.444,30 está registrado na contabilidade como provisão para resgate de contribuições, pois se trata dos valores de reserva de poupança de participantes que se desligaram do plano e não buscaram a entidade para opção pelo referido instituto.

4.4. ORIGEM DOS RECURSOS

Arrecadação	Valor (R\$)	Participação (%)
Contribuições patrocinadoras	1.681.696,75	22,45%
Contribuições Participantes Ativos	1.681.696,75	22,45%
Contribuições Participantes assistidos	359.133,16	4,79%
Contribuições Autopatrocinados	-	0,00%
Recursos provenientes de operações contratadas - (Dívida patrocinadora)	3.767.419,38	50,29%
Outros Recursos (Juros sobre remunerações em atraso, antecipação de custeio)	810,22	0,01%
Total	7.490.756,26	100,00%

5. POLITICAS DE INVESTIMENTO

As Políticas de Investimento (PI) estabelecem os princípios e diretrizes a serem seguidos na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração desta entidade, visando atingir e preservar o equilíbrio atuarial e a solvência do Plano de Benefício Definido.

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nas PI's buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do plano, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos do Plano.

5.1. ALOCAÇÃO-OBJETIVO X LIMITES POR SEGUIMENTO

O quadro a seguir apresenta a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3792/2009. Essa alocação foi definida com o intuito de determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício que melhor reflita as necessidades do passivo. Esta definição está em linha com os itens 54 e 55 do Guia de Melhores Práticas para Investimentos Previc.

Segmento	Limite legal (Resolução CMN Nº 3.792)	Limites	
		Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	70,00%	100,00%
Renda Variável	70%	0,00%	20,00%
Investimentos Estruturados	20%	0,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	10%	0,00%	10,00%
Imóveis (*)	8%	0,00%	8,00%
Operações com Participantes	15%	0,00%	15,00%

(*) A presente alocação contempla um terreno localizado na Rua Dr. Salústio de Pinho, nº 200, Praia do Futuro, Fortaleza/CE, que é objeto de inúmeras demandas judiciais onde se discute a posse/propriedade, de forma que, em havendo decisão final com trânsito em julgado favorável à entidade que assegure a posse/propriedade, o objetivo é aliená-lo de imediato.

A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração das Políticas de Investimento e não configura nenhuma obrigação para o plano, pois tem por intuito, apenas balizar os investimentos no longo prazo, em decorrência da indicação proposta por um estudo de macro alocação de ativos, que busca a melhor carteira estratégica para o passivo contratado pelo plano.

5.2. BENCHMARKS E METAS DE RENTABILIDADE

Abaixo, apresentamos os benchmarks por segmento de investimentos e metas de rentabilidade:

Segmento	Benchmark	Meta de rentabilidade
Plano	INPC + 5,50% aa	INPC + 5,96% aa
Renda Fixa	INPC + 5,50% aa	INPC + 5,50% aa
Renda Variável	IBrX	INPC + 9,68% aa
Investimentos Estruturados	IFM	INPC + 9,15% aa
Investimentos no Exterior	MSCI Global	INPC + 11,88% aa
Imóveis	INPC + 5,50% aa	INPC + 5,50% aa
Operações com Participantes	INPC + 5,50% aa	INPC + 5,50% aa

5.3. CONTROLE DE RISCOS

Reforçado pelo Guia de Melhores Práticas da PREVIC e com o que estabelece o Capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, da Resolução CMN nº 3792/2009, a verificação e controle dos riscos inerentes à gestão do plano de benefícios são realizadas de forma proativa pela entidade, estabelecendo os alicerces para implementação do modelo de Supervisão Baseada em Risco. Os principais tipos de risco a serem avaliados, controlados e monitorados, aos quais os recursos do plano estão expostos, são o risco integrado, atuarial, risco de solvência, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco operacional, risco de terceirização, risco legal e risco sistêmico. No caso dos investimentos realizados por gestores terceirizados, embora os controles sejam de responsabilidade do gestor, os parâmetros de riscos são verificados periodicamente pela EFPC com o auxílio da consultoria de investimentos.

6. INVESTIMENTOS

6.1. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS

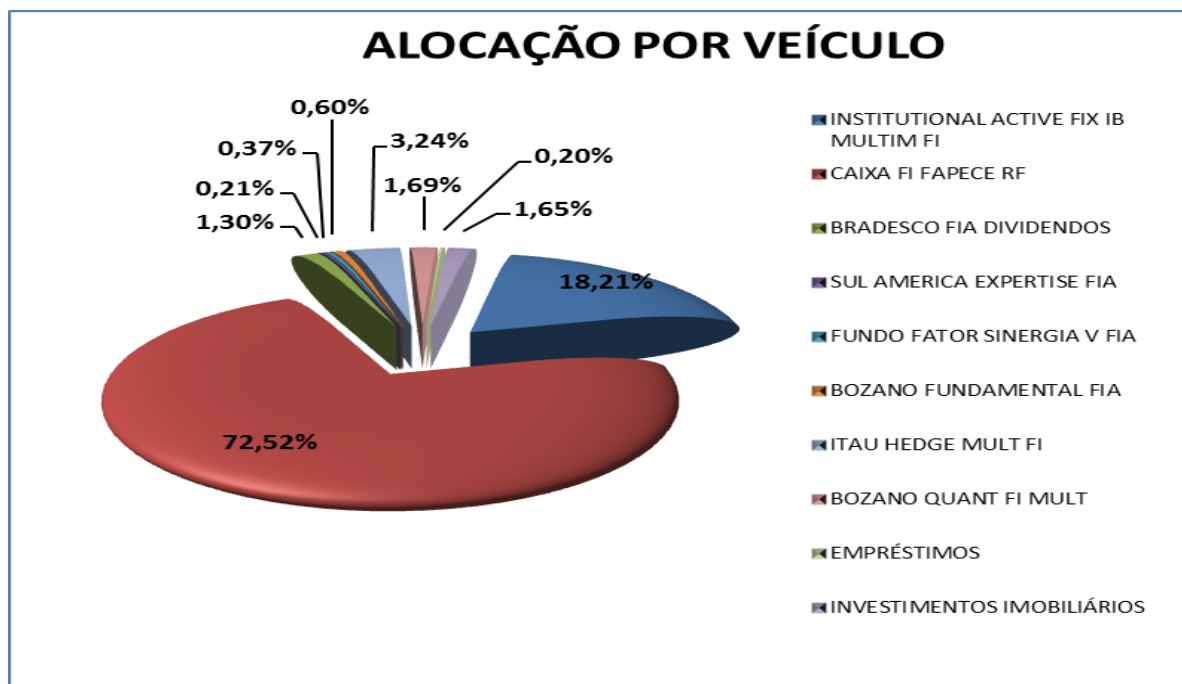
Em estreita obediência às Políticas de Investimento da FAPECE e com base no estudo de ALM realizado pela empresa Aditus Consultoria Financeira Ltda., a entidade alocou seus recursos garantidores de reservas técnicas, em 2017, nos segmentos: Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Imóveis e Operações com Participantes. No quadro a seguir, estão apresentadas as magnitudes dessas alocações e suas respectivas posições relativas.

Contas	Posição em 31/12/2017		Posição em 31/12/2016	
Disponibilidades	277.050,22		135.574,73	
Programa de Investimentos	154.095.374,71		140.727.626,29	
Programa de Investimentos	(8.775,01)		(7.839,79)	
Exigível Contingencial-Investimentos	(75.024,00)		(75.024,00)	
Recursos Garantidores	154.288.625,92		140.780.337,23	
Composição dos Investimentos por Segmento				
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
Fundos de Investimentos	151.250.270,96	98,15%	138.606.393,08	98,49%
Renda Fixa	139.812.196,65	90,73%	126.517.111,05	89,90%
Institutional Active Fix Ib Multim FI	28.062.904,40	18,21%	23.440.094,45	16,66%
Caixa FI Fapece RF	111.749.292,25	72,52%	103.077.016,60	73,25%
Renda variável	3.836.526,11	2,49%	5.177.994,27	3,68%
Bradesco Fia Dividendos	2.009.930,33	1,30%	1.535.736,51	1,09%
Sul America Expertise Fia	324.746,21	0,21%	2.551.351,74	1,81%
Fundo Fator Sinergia V Fia	569.591,95	0,37%	332.534,13	0,24%
Bozano Fundamental Fia	932.257,62	0,60%	758.371,89	0,54%
Estruturados (Multimercado)	7.601.548,20	4,93%	6.911.287,76	4,91%
Itau Hedge Mult FI	4.991.378,03	3,24%	0,00	0,00%

Bozano Quant FI Mult	2.610.170,17	1,69%	2.372.524,59	1,69%
Investimentos Imobiliários	2.541.856,13	1,65%	1.833.202,91	1,30%
Empréstimos e Financiamentos	303.247,62	0,20%	288.030,30	0,20%
Total dos Investimentos	154.095.374,71	100,00%	140.727.626,29	100,00%

6.2. ALOCAÇÃO POR VEÍCULO

Apresentamos abaixo, o gráfico contendo a composição dos investimentos, por veículo, no exercício de 2017.



6.3. RENTABILIDADE E EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O quadro a seguir demonstra a rentabilidade obtida por cada segmento durante o exercício de 2017. Pode-se observar que todos os segmentos superaram a meta atuarial. A rentabilidade acumulada do plano, obtida na aplicação dos ativos ao longo de 2017 foi de 9,65% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade de 7,68% o que, em termos reais, representou a obtenção de um alpha de 1,97%, alcançando e superando assim a meta atuarial de rentabilidade.

SEGMENTO	RENTABILIDADE (%)	META ATUARIAL %
Renda Fixa	8,72%	7,68%
Renda Variável	25,02%	
Investimentos Estruturados	9,97%	
Imóveis	42,11%	
Empréstimos	18,88%	
Agregado (total)	9,65%	

Ilustramos abaixo, a evolução dos investimentos no exercício de 2017:



6.4. DESPESAS COM A GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

As despesas incorridas na gestão terceirizada (investimentos financeiros), sob gestão da Caixa Econômica Federal (Fundo Exclusivo) e demais fundos abertos, bem como da carteira própria (Imóveis e Empréstimos) estão apresentadas no quadro adiante, cujos valores estão expressos em reais (R\$).

1 - Terceirizada (Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados)	<u>236.659,74</u>	<u>79,52%</u>
1.1 - Fundo Exclusivo	<u>133.391,14</u>	<u>44,82%</u>
Taxa de Administração	82.445,16	27,70%
Taxa CVM	16.109,58	5,41%
Custos CETIP	22.015,46	7,40%
Custos SELIC	2.699,60	0,91%
Taxa ANBID	3.185,00	1,07%
Auditoria	6.244,20	2,10%
Confecção de Livro e Cartório	692,14	0,23%
1.2 - Fundos em Condomínio	<u>103.268,60</u>	<u>34,70%</u>
2 - Própria	<u>60.954,57</u>	<u>20,48%</u>
Despesas com Investimentos Imobiliários	59.512,23	20,00%
Despesas com Empréstimos e Financiamentos	1.442,34	0,48%
Total	297.614,31	100,00%

7. GESTÃO ADMINISTRATIVA

7.1. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas da entidade incorridas em 2017 estão apresentadas, na sua totalidade, no quadro a seguir. Chama-se atenção para a rubrica "Alugueis de Imóveis", que se refere ao valor do aluguel do imóvel sede repassado

ao Plano de Gestão Administrativa – PGA, dado que ele é de propriedade do Plano de Benefícios Definido e para a rubrica Gestão e Planejamento, onde estão sendo registrados os valores referentes ao custo dos serviços com as consultorias de investimentos e de controles internos contratadas no período. Destacamos também, a rubrica serviços de informática, na qual foram registrados os valores das contratações dos novos sistemas financeiro, contábil, orçamento e de benefícios, módulos contratados no intuito de mitigar riscos e melhorar os controles na administração do plano.

Também cabe destacar as despesas incorridas para o processo de certificação de conselheiros e dirigentes, em atendimento ao normativo CNPC nº 19, de 30 de março de 2015. As despesas administrativas totalizaram em 2017, R\$ 1.464.481,10, representando 0,95% dos Recursos Garantidores da entidade.

Rubrica	Valor (R\$)	Participação (%)
Pessoal e Encargos	750.962,88	51,28%
Conselheiros	155.337,19	10,61%
Dirigentes	306.889,34	20,96%
Pessoal Próprio	288.736,35	19,72%
Treinamentos/Congressos e Seminários	8.363,10	0,57%
Conselheiros	6.670,00	0,46%
Dirigentes	887,10	0,06%
Pessoal próprio	806,00	0,06%
Viagens e Estadias	16.340,86	1,12%
Dirigentes	10.645,45	0,73%
Terceiros	5.695,41	0,39%
Serviços de Terceiros	458.888,86	31,33%
Consultoria Atuarial	51.235,78	3,50%
Consultoria Contábil	76.439,36	5,22%
Consultoria Jurídica	102.384,62	6,99%
Serviços de Informática	84.977,71	5,80%
Auditoria Contábil	9.284,00	0,63%
Gestão/planejamento estratégico	97.050,39	6,63%
Outros	37.517,00	2,56%
Despesas Gerais	153.907,76	10,51%
Suprimentos	9.681,58	0,66%
Água e Esgoto	2.579,92	0,18%
Energia	9.471,42	0,65%
Telefones	5.881,96	0,40%
Correios e Malotes	2.759,96	0,19%
Entidades de Associações	11.808,20	0,81%
Impressão e encadernação	1.992,30	0,14%
Condução e transporte	1.542,40	0,11%
Confraternizações	7.953,64	0,54%
IPTU da sede	11.341,76	0,77%
Alugueis de Imóveis (Sede da FAPECE)	54.000,00	3,69%
Alugueis de equipamentos	2.160,00	0,15%
Taxas (TAFIC, Taxas Bancárias, etc.)	28.083,89	1,92%
Outras Despesas (Cartórios, etc.)	4.650,73	0,32%
Tributos (PIS e COFINS)	71.752,82	4,90%
Depreciações e Amortizações (Imóveis)	4.069,79	0,28%
Despesas financeiras	195,03	0,01%
Total	1.464.481,10	100,00%

7.2. INDICADORES DE GESTÃO

Para fins de avaliação da relação entre a necessidade e adequação dos gastos com os resultados obtidos, são utilizados os indicadores de gestão, cujas metas são fixadas anualmente pelo Conselho Deliberativo por ocasião da elaboração do orçamento da entidade. No quadro abaixo estão demonstrados os indicadores de gestão, suas metas para o exercício de 2017 e o resultado acumulado no encerramento de exercício.

INDICADORES	RESULTADO	META	VARIAÇÃO
TAP - Taxa de Administração Previdencial	0,49%	0,47%	4,08%
TAI - Taxa de Administração dos Investimentos	0,46%	0,44%	3,26%
PTA - Taxa de Administração Total	0,95%	0,91%	4,00%
TAPC - Taxa Administrativa <i>Per Capita</i>	3.413,71	3.555,70	-4,16%
PDP - Participação da Despesa de Pessoal	51,28%	51,75%	-0,92%
IDG - Índice de Despesas Gerais	10,51%	9,96%	5,27%
IST - Índice de Terceirização	31,33%	30,70%	2,03%

Conforme tabela apresentada, nenhum dos resultados dos indicadores excedeu em mais de 10%, no ano de 2017, as metas estipuladas pelo Conselho Deliberativo.

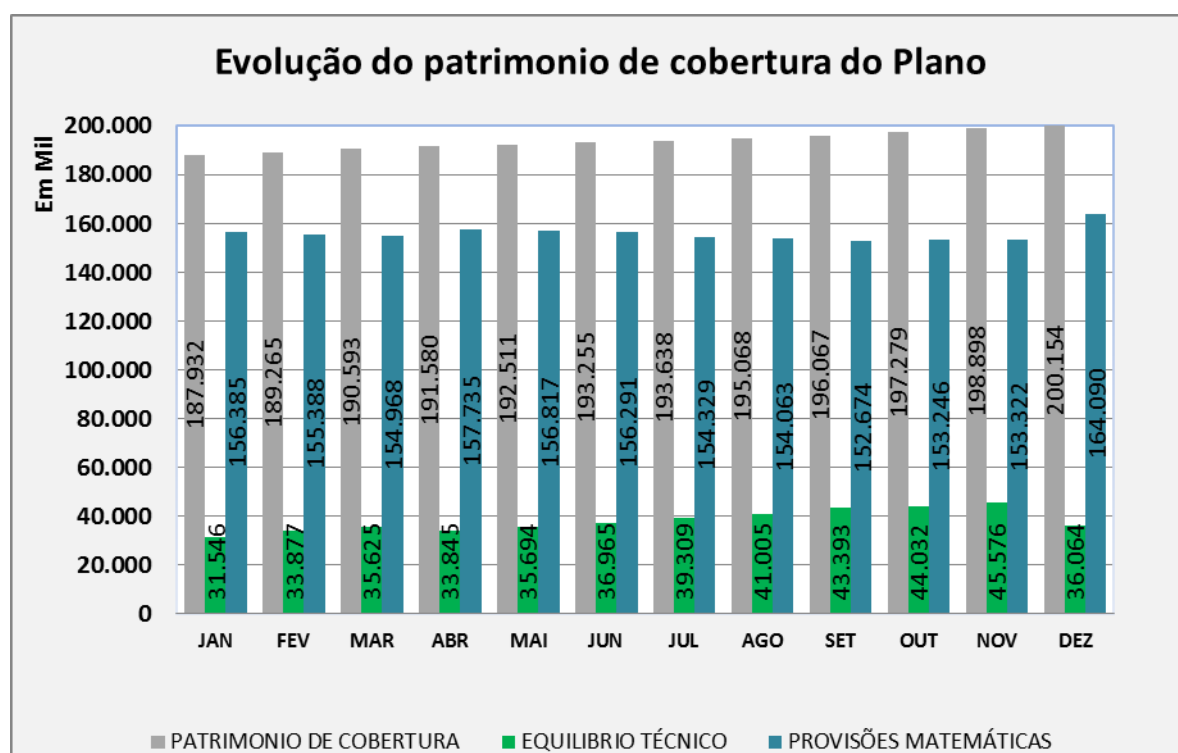
8. INFORMAÇÕES ATUARIAIS

8.1. AVALIAÇÃO ATUARIAL

Na avaliação atuarial referente ao exercício de 2017, elaborada pela consultoria atuarial que nos atende, as provisões matemáticas do Plano de Benefício Definido da FAPECE, em 31/12/2017, somaram R\$ 164.090.263,59 (cento e sessenta e quatro milhões, noventa mil, duzentos e sessenta e três reais e cinquenta e nove centavos). Confrontado com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, de R\$ 200.154.496,60 (duzentos milhões, cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e seis reais e sessenta centavos), restou apurado superávit técnico, de R\$ 36.064.233,01 (trinta e seis milhões, sessenta e quatro mil, duzentos e trinta e três reais e um centavo). Referido valor corresponde a 21,98% das provisões matemáticas. Abaixo, apresenta-se o quadro demonstrativo da apuração do superávit técnico atuarial do exercício de 2017.

Rubrica	31/12/2017	31/12/2016	Variação (%)
Ativo Total	201.889.055,71	186.958.882,27	7,99%
Exigível Operacional	(1.438.009,19)	(663.446,20)	116,75%
Exigível Contingencial	(56.500,00)	(75.024,00)	-24,69%
Fundos	(240.049,92)	(151.693,13)	58,25%
Patrimônio de cobertura	200.154.496,60	186.068.718,94	7,57%
Provisões matemáticas	(164.090.263,59)	(157.005.721,25)	4,51%
SUPERÁVIT TÉCNICO	36.064.233,01	29.062.997,69	24,09%

No gráfico abaixo, está demonstrada a evolução do patrimônio de cobertura do plano, no exercício de 2017.



8.2. PREMISSAS ATUARIAIS

Encontram-se relacionadas, a seguir, as premissas financeiras, econômicas e biométricas empregadas nos cálculos atuariais em 31/12/2017, comparadas às utilizadas no exercício anterior.

Hipóteses biométricas, econômicas e financeiras	Avaliação atuarial de 31/12/2017	Avaliação atuarial de 31/12/2016
Taxa Real Anual de Juros	5,00% a.a.	5,50% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário	0% a.a.	0% a.a.
Tábua Atuarial de Mortalidade Geral de Válidos	AT-2000 Masculina	AT-2000 Masculina
Tábua Atuarial de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua Atuarial de Mortalidade de Inválidos	Muller	Muller
Fator de Capacidade de Salários e Benefícios do Plano	0,9818	0,975
Composição da família de pensionistas	Família real	Família real

Como pode ser observado do quadro acima, ocorreram 2 (duas) alterações de hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, em relação à avaliação atuarial de 31/12/2016, para serem empregadas na avaliação atuarial de 31/12/2017.

Todas as hipóteses empregadas são válidas e consistentes, tendo sido submetidas, quando aplicáveis, a estudo técnico de adequação, conforme determina o artigo 2º da Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015. Em observância ao parágrafo 8º do artigo 3º do mesmo normativo, cumpre ressaltar que o estudo de aderência e da adequação da taxa real anual de juros, tem validade de, no máximo, 1 (um) ano.



Ref. VESTING-Fapece-2018/02
Fortaleza-CE, 09 de fevereiro de 2018

**PARECER ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE 31/12/2017 – PLANO
DE BENEFÍCIO DEFINIDO (PLANO BD) DA FUNDAÇÃO
ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EMATERCE (FAPECE)**

1. Este parecer, integrante das Demonstrações Atuariais (DA), é concernente à avaliação atuarial do plano previdenciário da Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce (FAPECE), modalidade de Benefício Definido (BD) para todos os benefícios constantes de seu Regulamento, nos termos da Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22/11/2005, estando avaliado na posição de 31/12/2017.
2. As provisões matemáticas do plano de benefícios da FAPECE, em 31/12/2017, somaram R\$164.090.263,59 (cento e sessenta e quatro milhões, noventa mil, duzentos e sessenta e três reais e cinquenta e nove centavos). Confrontado com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, de R\$200.154.496,60 (duzentos milhões, cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e seis reais e sessenta centavos), restou apurado superávit técnico, de R\$36.064.233,01 (trinta e seis milhões, sessenta e quatro mil, duzentos e trinta e três reais e um centavo). Referido valor corresponde a 21,98% das provisões matemáticas e deve ser contabilizado como reserva de contingência, conforme estabelecem o artigo 20 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, e o artigo 7º da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.
3. O cadastro foi considerado consistente e satisfatório para esta avaliação e foram realizados testes de aderência das premissas financeiras e biométricas, de conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, cujos resultados foram entregues à Entidade em relatório específico. As premissas encontram-se detalhadas nas Demonstrações Atuariais (DA).
4. Em relação à avaliação de 31/12/2016 foi reduzida a premissa correspondente à taxa real anual de juros, de 5,5% ao ano para 5% ao ano, como resultado do estudo de aderência e adequação elaborado em consonância com a Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015. Também foi alterado o valor do Fator de Determinação do Valor Real de Salários e de Benefícios, de 0,975 para 0,9818, face nova projeção de inflação futura de longo prazo, reduzida de 5,5% ao ano para 4,10% ao ano.
5. A meta atuarial — a taxa de juros anual de referência para a obtenção de rentabilidade mínima dos investimentos da FAPECE — está estabelecida

VESTING CONSULTORIA FINANCEIRA E ATUARIAL
CNPJ 02.535.916/0001-71
Av. Santos Dumont, 1789 - sala 513 (Ed. Potenza) - CEP. 60150-161 - Fortaleza - CE
Fone/Fax - (85) 3244-3078

como sendo a composição da variação do INPC, acrescida da taxa real anual de juros atuarial que, em 2017, foi de 5,5% (cinco e meio por cento). Considerando a variação de 2,07% para o INPC em 2017, a meta atuarial ficou quantificada em 7,68%. A rentabilidade efetiva nominal dos investimentos resultou em 9,65% (nove inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento), tendo correspondido a 125,65% da meta atuarial. Com base na rentabilidade nominal efetiva de 9,65% e na inflação de 2,07%, conclui-se que o plano de benefícios obteve rentabilidade real de 7,43% em 2017.

6. Em razão da situação superavitária, recomenda-se para 2018 a manutenção do Plano de Custeio praticado em 2017, correspondente à tabela de contribuições reproduzida no Quadro Nº 1, atualizada para 2018 na forma estabelecida no Regulamento.

QUADRO Nº 1 - TABELA DE CONTRIBUIÇÃO VIGENTE EM 31/12/2017

SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (EM R\$)			PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	PARCELA A DEDUZIR	LIMITE DE DESCONTO
R\$0,00	a	R\$2.114,84	4,04%	R\$0,00	R\$85,44
R\$2.114,85	a	R\$4.229,68	6,73%	R\$56,89	R\$227,77
R\$4.229,69	a	R\$10.574,20	16,16%	R\$455,74	R\$1.253,05

Nota: Valor de referência do Plano: R\$ 5.287,10, a partir de 01/05/2017.

7. Por último, considerando-se as premissas, as hipóteses, os regimes financeiros, o método atuarial e os dados cadastrais dos participantes e demais informações prestadas pela FAPECE, concluímos que na posição de 31/12/2017 o plano de benefícios encontrava-se atuarialmente superavitário.

Este é o nosso parecer.


Vicente Aderson Paz Sales
Atuário – MIBA 1.155

10. DEMONSTRAÇÕES 2017

10.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

EM R\$ MIL

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	277	134	EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.438	663
			GESTÃO PREVIDENCIAL	1.371	602
REALIZÁVEL	201.598	186.808	GESTÃO ADMINISTRATIVA	58	53
GESTÃO PREVIDENCIAL	47.498	46.076	INVESTIMENTOS	9	8
GESTÃO ADMINISTRATIVA	5	4			
INVESTIMENTOS	154.095	140.728	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	57	75
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	151.250	138.607	INVESTIMENTOS	57	75
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	2.542	1.833			
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	303	288	PATRIMÔNIO SOCIAL	200.394	186.221
			PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	200.154	186.069
PERMANENTE	14	17	PROVISÕES MATEMÁTICAS	164.090	157.006
IMOBILIZADO	14	17	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	40.783	38.720
			BENEFÍCIOS A CONCEDER	123.307	118.286
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	36.064	29.063
			RESULTADOS REALIZADOS	36.064	29.063
			SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	36.064	29.063
			FUNDOS	240	152
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	201	122
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	39	30
TOTAL DO ATIVO	186.959	186.959	TOTAL DO PASSIVO	186.959	186.959

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPs
(CONSOLIDADA)

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2017	2016	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	186.220	166.127	12,09
1. Adições	21.018	25.824	(18,61)
(+) Contribuições Previdenciais	6.932	9.566	(27,54)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.533	14.850	(15,60)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	0	0,00
(+) Receitas Administrativas	1.530	1.408	8,66
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	13	0	100,00
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	10	0	100,00
2. Destinações	(6.844)	(5.730)	19,44
(-) Benefícios	(5.380)	(4.412)	21,94
(-) Despesas Administrativas	(1.464)	(1.304)	12,27
(-) Resultados a Realizar	0	(14)	(100,00)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	14.174	20.094	(29,46)
(+/-) Provisões Matemáticas	(7.085)	(3.473)	104,00
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(7.001)	(16.531)	(57,65)
(+/-) Fundos Administrativos	(79)	(104)	(24,04)
(+/-) Fundos dos Investimentos	(10)	14	(171,43)
4. Operações Transitórias	0	0	0,00
(+/-) Operações Transitórias	0	0	0,00
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	200.394	186.221	7,61

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL (PLANO BD)

EM R\$MIL

DESCRIÇÃO	2017	2016	Variação (%)
1. Ativos	201.832	186.906	7,99
Disponível	276	133	109,09
Recebível	47.698	46.198	3,25
Investimento	153.858	140.575	9,45
Fundos de Investimento	151.013	138.454	9,07
Investimentos Imobiliários	2.542	1.833	38,68
Empréstimos e Financiamentos	303	288	5,21
2. Obrigações	1.437	685	109,78
Operacional	1.380	610	126,23
Contingencial	57	75	(24,00)
3. Fundos não Previdenciais	240	152	57,89
Fundo Administrativo	201	122	64,75
Fundo dos Investimentos	39	30	30,00
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3)	200.155	186.069	7,57
Provisões Matemáticas	164.090	157.006	4,51
Superávit Técnico	36.064	29.063	24,09
6. Apuração do Equilíbrio Técnico ajustado	36.226	26.310	37,69
a) Equilíbrio Técnico	36.064	29.063	24,09
b) (+/-) Ajuste de Precificação	162	(2.753)	(105,88)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	36.226	26.310	37,69

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL (PLANO BD)

EM R\$MIL

DESCRIÇÃO	2017	2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	186.069	166.127	12,05
1. Adições	20.024	24.948	(19,74)
(+) Contribuições	7.491	10.097	(25,81)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.533	14.851	(15,61)
2. Destinações	(5.938)	(4.944)	20,13
(-) Benefícios	(5.380)	(4.412)	21,94
(-) Custeio Administrativo	(558)	(532)	5,08
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	14.086	20.004	(29,59)
(+/-) Provisões Matemáticas	(7.085)	(3.473)	104,00
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(7.001)	(16.531)	(57,65)
4. Operações Transitórias	0	0	0,00
(+/-) Operações Transitórias	0	0	0,00
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	200.155	186.131	7,57
C) Fundos não Previdenciais	240	152	57,89
(+/-) Fundos Administrativos	201	122	64,75
(+/-) Fundos dos Investimentos	39	30	30,00

**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA
(CONSOLIDADA)**

EM R\$MIL

DESCRIÇÃO	2017	2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	122	18	577,78
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.543	1.408	9,59
1.1. Receitas	1.543	1.408	9,59
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	558	532	4,89
Custeio Administrativo dos Investimentos	969	874	10,87
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	3	2	50,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	13	0	100,00
2. Despesas Administrativas	1461	1305	11,95
2.1. Administração Previdencial	760	676	12,43
Pessoal e Encargos	379	344	10,17
Treinamentos/Congressos e Seminários	3	6	(50,00)
Viagens e Estadias	8	8	0,00
Serviços de Terceiros	255	211	20,85
Despesas Gerais	77	71	8,45
Depreciações e Amortizações	2	2	0,00
Tributos	36	33	9,09
Outras Despesas	0	1	(100,00)
2.2. Administração dos Investimentos	701	629	11,45
Pessoal e Encargos	370	344	7,56
Treinamentos/Congressos e Seminários	4	6	(33,33)
Viagens e Estadias	8	8	0,00
Serviços de Terceiros	204	164	24,39
Despesas Gerais	77	71	8,45
Depreciações e amortizações	2	2	0,00
Tributos	36	33	9,09
Outras Despesas	0	1	(100,00)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	0	0	0,00
8. Operações Transitórias	0	0	0,00
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	0	0	0,00
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	82	103	(20,39)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	82	103	(20,39)
8. Operações Transitórias	0	0	0,00
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	204	121	68,60

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO BD

DESCRIÇÃO	2017	2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	201.630	186.784	7,95
1. Provisões Matemáticas	164.090	157.006	4,51
1.1. Benefícios Concedidos	40.783	38.720	5,33
Benefício Definido	40.783	38.720	5,33
1.2. Benefício a Conceder	123.307	118.286	4,24
Benefício Definido	123.307	118.286	4,24
2. Equilíbrio Técnico	36.064	29.063	24,09
2.1. Resultados Realizados	36.064	29.063	24,09
Superávit técnico acumulado	36.064	29.063	24,09
Reserva de contingência	36.064	29.063	24,09
3. Fundos	39	30	30,00
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	39	30	30,00
4. Exigível Operacional	1.380	610	126,23
4.1. Gestão Previdencial	1.371	602	127,74
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	9	8	12,50
5. Exigível Contingencial	57	75	(24,00)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	57	75	(24,00)


 Tiago Parente Lessa
 Presidente
 CPF: 589.856.543-49


 Francisco de Assis Sousa
 Diretor de Seguridade
 CPF: 097.806.373-20


 Isaac Lopes de Menezes Almeida
 Contador - CRC-CE 6.298
 CPF: 032.759.223-00

CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce – FAPECE, autorizada através da Portaria MPAS nº 3.619 de 20 de Dezembro de 1985, obedecendo às normas expedidas através da Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC e às Resoluções específicas do Banco Central, é uma pessoa jurídica de fins não lucrativos que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários dos empregados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE. A EMATERCE, na qualidade de patrocinadora contribui com quantia igual às contribuições vertidas pelos participantes do plano de benefícios, suficiente para assegurar a cobertura do plano de custeio, atuarialmente calculado.

A FAPECE é uma entidade multipatrocinada que administra um único plano de benefícios, denominado Plano de Benefícios Definido – BD, inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB, da então Secretaria de Previdência Complementar - SPC, sob o nº 1985.0014-38. Patrocinada pela EMATERCE em conjunto com a própria FAPECE.

O plano de complementação adotado pela Fundação considera não somente as provisões matemáticas correspondentes ao valor atual dos benefícios concedidos e os benefícios correspondentes a direitos adquiridos pelos participantes, embora não formalmente requerido, mas também dos benefícios a conceder aos participantes que ainda não estejam em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões complementares.

As atividades da Entidade são regidas de acordo com as Leis Complementares nº 108 e nº109, ambas de 29/05/2001, e demais normativos legais, relativos às entidades fechadas de previdência complementar. Por subordinação, obedece às normas expedidas pelo Ministério da Fazenda, através da Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC, às resoluções específicas do Banco Central do Brasil - BACEN, aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, bem como aos normativos pertinentes expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Receita Federal do Brasil - RFB.

A FAPECE não distribui lucro ou participações em seus investimentos. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar a sua exatidão.

A FAPECE possuía em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as seguintes quantidades participantes:

QUANTIDADE		
PARTICIPANTES	31/12/2017	31/12/2016
Ativos	232	235
Assistidos	124	127
Pensionistas	71	68
Total	427	430

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Entidade e foram apresentadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade e as Normas Contábeis elaboradas pelos órgãos normativos e reguladores das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC no 29/2009, da Instrução MPS/SPC no 34/2009, alterada pelas Instruções PREVIC nos 01/2011, 05/2011, 06/2013, 15/2014, 21/2015 e 25/2015, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC no 08/2011, alterada pelas Resoluções CNPC nos 12/2013, 16/2014 e 20/2015 e da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.272/2010, que aprova a Interpretação Técnica Geral - ITG 2001, com as alterações da Resolução CFC no 1.329/2011.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazos, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos - observadas as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos - proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com a NBC TG 26(R4), aprovada pela Resolução nº 2016/NBCTG26(R4) do Conselho Federal de Contabilidade.

De acordo com as normas específicas são apresentadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração do Ativo Líquido – DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) e a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.

1.1. Balanço Patrimonial Consolidado

Apresenta os valores correspondentes à soma dos eventos patrimoniais das Gestões Previdencial, Administrativa e do Fluxo de Investimentos, que consolidam as informações referentes ao respectivo plano de benefícios.

1.2. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS

Elaborada de forma consolidada, a DMPS apresenta detalhadamente as Adições e Destinações que resultam no Acréscimo ou Decréscimo do Patrimônio Social do conjunto de planos administrados pela entidade.

1.3. Demonstração do Ativo Líquido – DAL

Elaborada exclusivamente por plano de benefícios previdenciários tem a finalidade de apresentar a composição do Ativo Líquido de cada plano. Nesta demonstração constam ainda informações complementares correspondentes à Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado de que trata a Nota Explicativa nº 4.4.4.1.3.

1.4. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL

Elaborada exclusivamente por plano de benefícios previdenciários, a DMAL apresenta detalhadamente as Adições e Destinações que resultam no Acréscimo ou Decréscimo do Ativo Líquido (Patrimônio de Cobertura do Plano).

1.5. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA

Elaborada de forma consolidada, a DPGA apresenta os eventos econômicos (Receitas e Despesas) que resultam no Acréscimo ou Decréscimo no fundo patrimonial da Gestão Administrativa. A apresentação desta demonstração por plano de benefícios é facultativa.

1.6. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT

Elaborada exclusivamente por plano de benefícios previdenciários tem a finalidade de apresentar a composição de todos os eventos que formam as Provisões Técnicas dos planos de benefícios.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

A planificação contábil padrão ora praticada objetiva atender aos aspectos patrimoniais do Plano de Benefícios, segregando os diversos recursos existentes de forma distinta e consistente, visando demonstrar com transparência a apuração dos resultados.

a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

b) Reservas Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

Benefícios Concedidos – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com as pensões de dependentes.

Benefícios a Conceder – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração se utilize de estimativas para o registro de determinadas transações, que afetam o ativo e passivo, receitas e despesas da Entidade. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. A FAPECE revisa as estimativas periodicamente. As principais estimativas referem-se ao cálculo de provisão para crédito de liquidação duvidosa correspondente a carteira de empréstimo a participantes, provisão para contingências avaliadas pelos assessores jurídicos da Entidade e as provisões matemáticas.

d) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio compartilhado com o plano de benefícios previdenciais.

As receitas administrativas da FAPECE são debitadas ao Plano Previdencial em conformidade com o plano de custeio vigente.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da FAPECE na 22ª Reunião Extraordinária, de 27/11/2009, posteriormente alterado, conforme Ata da 56ª Reunião Extraordinária, de 27/07/2016 e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

e) Realizável

- Gestão Previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representados pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e dos participantes.

- Gestão Administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- Fluxo dos Investimentos

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

- Títulos para negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizadas reconhecidos na rubrica “Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial”.
- Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a entidade mantém interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

f) Exigível Operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas: obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestação de serviços por terceiros, investimentos e obrigações fiscais.

4. ATIVO

4.1 Disponível

Nessa conta são registradas as disponibilidades existentes em caixa e em contas correntes mantidas no banco do Brasil, Itaú e no Bradesco.

DESCRIÇÃO	Valores em R\$ Mil	
	2017	2016
Banco do Brasil conta nº 4747-3	0	0
Bradesco conta nº 10868-5	272	128
Banco Itaú conta nº 79815-2	2	2
Bradesco conta nº 12.320-0 – PGA	1	1
Banco Itaú conta nº 16.251-8 Ag. 8279	2	3
TOTAL	277	134

4.2. Realizável da Gestão Previdencial

4.2.1 Recursos a Receber

4.2.1.1. Contribuições do Mês e Sobre 13º Salário

São contribuições do plano de benefício a receber de décimo terceiro salário de 2017. Incluindo valores a receber de assistidos por ocasião do pagamento de diferenças de benefícios apurados em processo de revisão realizada em 2009, ainda não totalmente liquidadas, as quais estão devidamente provisionadas, apresentando um saldo em 31/12/2017 de R\$ 1 mil.

DESCRIÇÃO	Valores em R\$ Mil	
	2017	2016
Contribuições do Mês	1	1
Contribuições Sobre 13º Salário	0	2
TOTAL	1	3

4.2.1.2. Contribuições Contratadas

Em 30 de Dezembro de 2003, foi celebrado termo de acordo de parcelamento de dívida referente a contribuições em atraso, relativo ao período de Janeiro/1986 à Dezembro/2003, entre a patrocinadora Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – Ematerce e a Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce – Fapece, com interveniência do Governo do Estado do Ceará, no valor de R\$ 40.028 Mil, cuja composição está abaixo discriminada.

4.2.1.2.1. Prazo e Forma de Pagamento

O montante da dívida será paga pela Ematerce em 240 (Duzentos e quarenta) prestações mensais consecutivas no valor de R\$ 90 Mil, e 10 (Dez) parcelas especiais a serem pagas a cada 2 (dois) anos, a

contar a partir da data de assinatura do contrato, no valor unitário de R\$ 4.964 Mil, definidas pelo Sistema Price.

4.2.1.2.2. Remuneração

As prestações mensais e as parcelas especiais devidas pela Patrocinadora à Fapece serão atualizadas, mês a mês, monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – INPC/IBGE ou, no caso de extinção deste, por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

4.2.1.2.3. Garantias

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – Ematerce apresentou como garantias, suas contas correntes junto ao Sistema Bancário.

4.2.1.2.4. Composição da Dívida

Valores em R\$ Mil

CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS	2017	2016
Valor do Contrato	40.028	40.028
Saldo Devedor Atual	47.496	46.068
Prazo de Amortização Pactuado	240 meses	240 meses
Prazo de Amortização Restante	71 meses	83 meses
Valor das Parcelas	2.339	9.629
Data de Vencimento	Último dia útil de cada mês	Último dia útil de cada mês
Atualização Pactuada	INPC + 6%	INPC + 6%

4.2.1.3. Adiantamentos

São adiantamentos concedidos aos participantes assistidos referente abono anual, apresentando um saldo em 31/12/2017 de R\$ 1 mil.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Adiantamentos a Assistidos	1	5
Total	1	5

4.3. Realizável da Gestão Administrativa

Registra os valores a realizar decorrentes de operações do Plano de Gestão Administrativa, conforme definido no seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da FAPECE.

Valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2017	2016
Despesas Antecipadas	5	4
Total	5	4

Despesas Antecipadas são valores pagos antecipadamente a serem apropriados no período em que forem incorridas as despesas, com vales transporte, prêmios de seguro e programa de alimentação do trabalhador.

4.4. Investimentos

4.4.1. Fundos de Investimento

4.4.1.1. Renda Fixa

Esse segmento constitui em aplicações em fundos de renda fixa, sendo um exclusivo e um em condomínio (aberto) conforme detalhado na Nota 4.4.4.

Os fundos de renda fixa estão registrados pelos respectivos valores de mercado de suas cotas informados em relatórios expedidos pelo agente custodiante contratado pela entidade (Banco Itaú S.A.).

4.4.1.2. Ações

Os investimentos em ações estão representados por cotas de fundo de ações, demonstradas pelo custo de aquisição e atualizadas pela variação incorrida até a data do balanço, calculado com base no valor da cota mensal informada por seus emitentes e agente custodiante.

4.4.1.3. Estruturados

Os investimentos estruturados estão representados por cotas em dois fundos multimercado, sendo registrado pelo valor de mercado, conforme demonstrativo emitido pelo agente custodiante.

4.4.2. Investimentos Imobiliários

Constituídos por bens imóveis destinados a gerar receitas de aluguéis. São avaliados pelo custo de aquisição, e reavaliados a cada três anos, de acordo com a legislação vigente, por pessoa jurídica ou profissional legalmente habilitado, sendo a última registrada em novembro/2017.

DISCRIMINAÇÃO	DATA DA REAVALIAÇÃO	EMPRESA	VR REAVALIADO	VIDA ÚTIL	CONTAS CONTÁBEIS	RESULTADO
Terreno na Rua Dr. Salústio de Pinho, s/n – Antônio Diogo – Fortaleza – Ce.	Junho/2017	J. T. Avaliações, Perícias e Consultorias Técnicas	R\$ 113.000,00	-	5.2.6.4.01.04	(R\$ 37.048,00)
Casa na Rua Vicente Linhares, 360 – Aldeota – Fortaleza – Ce.	Junho/2017	J. T. Avaliações, Perícias e Consultorias Técnicas	R\$ 2.430.000,00	31 anos	5.1.6.4.01.02	R\$ 760.058,18

São registrados obedecendo aos critérios contábeis e legislação em vigor, e o custo é deduzido da depreciação à taxa correspondente ao tempo de vida útil remanescente, fixado no último laudo de avaliação e/ou reavaliação.

4.4.3. Empréstimos e Financiamentos

Registra os empréstimos concedidos a participantes, nos termos do Regulamento. Foram contabilizados pelo valor atualizado, cuja apuração se deu acrescentando ao principal os encargos contratuais auferidos até a data do balanço.

Em 31/12/2017, as taxas de juros praticadas eram, para contratos com prazo para amortização em até 12 meses, 0,92% ao mês, até 24 meses, 0,98% ao mês e até 36 meses 1,05% ao mês, sendo utilizado o Sistema Price.

A FAPECE disponibilizou para seus participantes a carteira de empréstimos pessoais, cujos números assim se apresentam:

Valores em R\$ Mil		
EMPRÉSTIMOS	2017	2016
Contratos Ativos	46	45
Saldo Devedor	303	288

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD é constituída mensalmente com base nos valores vencidos e vincendos, conforme orientação da Instrução SPC nº. 34, item 11 do Anexo A, de 24 de setembro de 2009.

4.4.4. Composição dos Investimentos

Valores em R\$ Mil		
	31/12/2017	31/12/2016
Fundos de Investimento	<u>151.250</u>	<u>138.607</u>
Renda Fixa	<u>139.812</u>	<u>126.517</u>
Fundo Sul América Fapece - FI RF	-	103.077
Fundo Caixa Econômica Federal/FAPECE-RF	111.749	-
Fundo Itaú Active FIX MM FI	28.063	23.440
Ações	<u>3.837</u>	<u>5.178</u>
Fundo Bozano Gestão Fundamentalista FIA	932	758
Fundo Sul América Expertise FIA	325	2.551
Fundo Fator Sinergia V FIA	570	333
Fundo Bradesco FIA Dividendos	2.010	1.536
Estruturados	<u>7.601</u>	<u>6.912</u>
Fundo Itaú Hedge MM FI	4.991	4.539
Fundo Bozano Quant FIM	2.610	2.373
Investimento Imobiliário	<u>2.542</u>	<u>1.833</u>
Terrenos	<u>113</u>	<u>150</u>
Terrenos Urbanos	113	150
Aluguéis e Renda	<u>2.429</u>	<u>1.683</u>
Uso Próprio	2.429	1.683
Terreno	2.004	1.488
Edificação	425	195
Custo Corrigido	426	231
(-) Depreciação Acumulada	(1)	(36)
Empréstimos	<u>303</u>	<u>288</u>
Empréstimos Simples	378	307
(-) Provisão p/Créd. de Liquidação Duvidosa	(21)	(19)
(-) Valores a Apropriar	(54)	-
Total dos Investimentos	154.095	140.728

4.4.4.1. Categoria de Títulos

Em atendimento à Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias, conforme já mencionamos:

4.4.4.1.1. Títulos para negociação

Em Milhares R\$						
DESCRIÇÃO	2017			2016		
Natureza	Venc.	Custo Histórico	Valor de Mercado	Venc.	Custo Histórico	Valor de Mercado
LTF-OVER				01/07/2017	1.090	1.091
Debêntures Simples-ECORODOVIAS	15/10/2019	361	512	15/10/2019	361	466
Debêntures Simples –ECORODOVIAS	15/10/2022	191	266	15/10/2022	191	236
Debêntures Simples-TAEE	15/10/2020	921	1.305	15/10/2020	921	1.166
Debêntures Simples-TAEE	15/10/2020	159	220	15/10/2020	159	196
Debêntures Simples-TAEE	15/10/2020	635	881	15/10/2020	635	787
Debêntures Simples SABESP	15/01/2020	315	445	15/01/2020	315	400
NTN-B				15/05/2017	2.925	2.975
NTN-B				15/05/2017	132	131
NTN-B	15/08/2018	246	315	15/08/2018	246	302
NTN-B	15/05/2019	740	894	15/05/2019	740	837
NTN-B	15/05/2019	661	798	15/05/2019	661	747
NTN-B	15/08/2020	248	326	15/08/2020	248	303
NTN-B	15/08/2020	64	108	15/08/2020	64	100
COMPROMISSADAS		14.109	14.109			
Quotas de FI Itaú Active FIX		27.824	27.824		23.287	23.287
Quotas de FIA Bozano G. Fundamentalista		932	932		758	758
Quotas de FIA Sul América Expertise		324	324		2.551	2.551
Quotas de FIA Fator Sinergia V		570	570		332	332
Quotas FIA Bradesco Dividendos		2.010	2.010		1.536	1.536
Quotas de Fundo MM Bozano Equity Hedge		4.991	4.991		4.539	4.539
Quotas de Fundo MM Itaú Hedge		2.610	2.610		2.372	2.372
Total dos títulos para negociação		57.911	59.440		44.063	45.112

4.4.4.1.2. Títulos mantidos até o vencimento

Em Milhares R\$						
DESCRIÇÃO	2017			2016		
Natureza	Venc.	Custo Histórico	Valor de Mercado	Venc.	Custo Histórico	Valor de Mercado
				15/05/2017	3.255	3.874
NTN-B	15/08/2018	2.697	3.413	15/08/2018	2.697	3.322
NTN-B	15/08/2018	2.076	2.173	15/08/2018	2.076	2.116
NTN-B	15/08/2018	635	668	15/08/2018	635	648
NTN-B	15/05/2019	3.731	4.586	15/05/2019	3.731	4.462
NTN-B	15/05/2019	2.671	2.807	15/05/2019	2.671	2.724
NTN-B	15/05/2019	302	307	15/05/2019	302	299
NTN-B	15/05/2019	60	61	15/05/2019	60	60
NTN-B	15/08/2020	1.090	1.341	15/08/2020	1.090	1.307
NTN-B	15/08/2020	1.902	2.338	15/08/2020	1.902	2.280
NIN-B	15/08/2020	2.085	2.180	15/08/2020	2.085	2.125
NTN-B	15/08/2020	1.122	1.178	15/08/2020	1.122	1.144
NTN-B	15/05/2021	740	752	15/05/2021	740	733
NTN-B	15/08/2022	474	591	15/08/2022	474	575
NTN-B	15/08/2022	692	724	15/08/2022	692	705
NTN-B	15/08/2022	1.756	2.247	15/08/2022	1.756	2.201
NTN-B	15/05/2023	4.914	6.058	15/05/2023	4.914	5.888
NTN-B	15/05/2023	1.254	1.273	15/05/2023	1.254	1.241
NTN-B	15/05/2023	1.231	1.292	15/05/2023	1.231	1.255
NTN-B	15/08/2024	4.225	5.620	15/08/2024	4.225	5.543
NTN-B	15/08/2024	1.820	1.906	15/08/2024	1.820	1.854
NTN-B	15/08/2024	2.379	2.486	15/08/2024	2.379	2.424
NTN-B	15/08/2026	3.438	3.593	15/08/2026	3.438	3.503
NTN-B	15/08/2030	4.636	6.306	15/08/2030	4.636	6.189
NTN-B	15/08/2030	13.000	17.683	15/08/2030	13.000	17.357
NTN-B	15/08/2030	1.932	2.412	15/08/2030	1.932	2.348

NTN-B	15/05/2035	5.202	6.962	15/05/2035	5.202	6.823
NTN-B	15/08/2040	744	1.030	15/08/2040	744	1.007
NTN-B	15/08/2040	3.207	4.004	15/08/2040	3.207	3.898
NTN-B	15/08/2040	1.669	2.064	15/08/2040	1.669	2.009
NTN-B	15/05/2045	388	527	15/05/2045	388	515
NTN-B	15/08/2050	298	416	15/08/2050	298	406
NTN-B	15/08/2050	2.068	2.581	15/08/2050	2.068	2.513
Total dos títulos mantidos até o vencimento		74.438	91.579		77.693	93.348

Pela característica do papel, o custo histórico das NTN-Bs, espelha o valor de compra, sem as movimentações de recebimento das amortizações.

A administração da Entidade declara e atesta capacidade financeira para o carregamento dos títulos valores mobiliários que compõem sua carteira na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”, de acordo com o exposto no artigo 9º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002.

4.4.4.1.3. Títulos Objeto dos Ajustes de Precificação

O quadro abaixo refere-se ao controle do ajuste de precificação em conformidade com a Resolução CNPC nº 16, de 24/11/2014 e com a Instrução PREVIC nº 19, de 05/02/2015 e Portaria nº 29, de 16/01/2017.

Em R\$ mil

TIPO	TAXA DE AQUISIÇÃO % a.a.	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE
NTN-B	5,949051	15/08/2018	700	2.173	2.185	12
NTN-B	6,497085	15/08/2018	216	668	674	6
NTN-B	6,013273	15/08/2018	1.100	3.413	3.433	20
NTN-B	6,089226	15/05/2019	1.500	4.586	4.649	63
NTN-B	6,416872	15/05/2019	922	2.807	2.857	50
NTN-B	5,828689	15/05/2019	100	307	310	3
NTN-B	5,828211	15/05/2019	20	61	62	1
NTN-B	5,799001	15/08/2020	430	1.341	1.366	25
NTN-B	6,387411	15/08/2020	383	1.178	1.216	38
NTN-B	5,799001	15/08/2020	750	2.338	2.381	43
NTN-B	5,841046	15/08/2020	700	2.180	2.222	42
NTN-B	5,894711	15/05/2021	245	752	772	20
NTN-B	5,8790542	15/08/2022	232	724	748	24
NTN-B	5,970000	15/08/2022	190	591	613	22
NTN-B	5,130005	15/08/2022	700	2.247	2.258	11
NTN-B	6,337981	15/05/2023	428	1.292	1.370	78
NTN-B	6,250453	15/05/2023	2.000	6.058	6.399	341
NTN-B	5,791151	15/05/2023	412	1.273	1.318	45
NTN-B	3,953102	15/08/2024	1.626	5.620	5.319	(301)
NTN-B	6,198093	15/08/2024	620	1.906	2.028	122
NTN-B	5,749016	15/08/2024	790	2.486	2.584	98
NTN-B	5,726213	15/08/2026	1.137	3.593	3.764	171
NTN-B	6,060003	15/08/2030	780	2.412	2.639	227
NTN-B	4,229051	15/08/2030	1.743	6.306	5.897	(409)
NTN-B	4,229051	15/08/2030	4.888	17.683	16.537	(1.146)
NTN-B	4,214602	15/05/2035	1.875	6.962	6.387	(575)
NTN-B	6,079006	15/08/2040	670	2.064	2.351	287
NTN-B	6,080002	15/08/2040	1.300	4.004	4.562	558
NTN-B	4,429266	15/08/2040	273	1.030	958	(72)
NTN-B	4,400603	15/05/2045	138	527	484	(43)
NTN-B	4,469364	15/08/2050	107	416	384	(32)
NTN-B	6,090002	15/08/2050	840	2.581	3.014	433
TOTAL				91.579	91.741	162

4.5. Permanente - Imobilizado

Foi registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, atualizada monetariamente até o exercício de 1995, de acordo com o Ofício Circular nº 07/SPC/GAB, de 08/07/1996. A depreciação foi calculada pelo método linear, mediante aplicação das taxas conforme quadro abaixo:

Imobilizado	Taxa Depreciação
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Computadores e Periféricos	20%
Diferido – Software	20%

Valores em R\$ Mil

	Taxa Depreciação	2017			2016		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Imobilizado							
Móveis e Utensílios	10%	20	18	2	20	17	3
Máquinas e Equipamentos	10%	24	17	7	24	16	8
Computadores e Periféricos	20%	30	25	5	29	23	6
		74	60	14	73	56	17
Diferido – Software	20%	7	7	0	7	7	0
		81	67	14	80	63	17

5. PASSIVO

5.1. Exigível Operacional

5.1.1. Previdencial

Valores em R\$ Mil

	2017	2016
Benefícios a Pagar	<u>1.367</u>	<u>600</u>
Benefícios de Prestação Continuada	10	10
Reservas de Poupança	1.357	590
Retenções a Recolher	4	2
TOTAL	1.371	602

Benefícios de Prestação Continuada– Valores apurados e revisão de benefícios provisionados em Dezembro de 2017, para liquidação na competência de 2018.

Reservas de Poupança - Valores provisionados para pagamento de reservas de poupança a participantes que se desligaram do Plano de Benefício e continuam vinculados à Patrocinadora, no momento das extinções dos seus contratos de trabalho.

Retenções a Recolher – Valores referentes a retenções de tributos.

5.1.2. Administrativo

O valor de R\$ 58 mil refere-se a provisão de férias dos empregados com seus respectivos encargos, bem como retenções fiscais a recolher e de pagamentos a serem efetuados no próximo exercício.

Valores em R\$ Mil		
	2017	2016
Contas a Pagar	42	34
Despesas com Pessoal	10	10
Obrigações Sociais a Recolher	32	24
Retenções a Recolher	10	8
Tributos a Recolher	6	11
TOTAL	58	53

5.1.3. Investimentos

Valores a pagar de IOF e prestações antecipadas e obrigações com custódia, totalizando R\$ 9 mil.

Valores em R\$ Mil		
	2017	2016
Empréstimos e Financiamentos	1	1
Relacionados com o Disponível	8	7
TOTAL	9	8

5.2. Exigível Contingencial

Registram-se no Exigível Contingencial ocorrências vinculadas às decisões futuras que poderão ou não gerar desembolso pela Entidade. O saldo de contingência do investimento, no valor de R\$ 57 mil, refere-se a provisão de ações judiciais contra ocupantes do imóvel situado na Rua Salustio de Pinho, 200, de propriedade da FAPECE.

Ressalta-se sobre a existência de contingências no montante de R\$ 57 mil cuja obrigação será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos incertos não totalmente sob o controle da fundação, ou seja, prognóstico possível.

5.3. Patrimônio Social

5.3.1. Patrimônio de Cobertura do Plano

5.3.2. Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas, apuradas atuarialmente pelo Atuário Vicente Aderson Paz Sales registrado no MIBA sob No 1155, sócio da Empresa Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., representam os compromissos do Plano BD no encerramento do período relacionado aos benefícios concedidos e a conceder, constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário externo, em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC, com as premissas atuariais vigentes em 31 de dezembro de 2017 e estão representadas por:

Benefícios concedidos

Correspondem ao valor atual dos compromissos futuros a serem pagos pela Fundação em relação aos atuais aposentados e pensionistas.

Benefícios a conceder

Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedidos), não compreendendo as contribuições futuras dos Participantes e da Patrocinadora para os Participantes ativos que não adquiriram os direitos de aposentadoria e pensão.

A seguir, demonstramos a composição do exigível atuarial em 31 de dezembro 2017 e de 2016:

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO BD			R\$ Mil
DESCRIÇÃO	2017	2016	
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	201.630	186.784	
1. Provisões Matemáticas	164.090	157.006	
1.1. Benefícios Concedidos	40.783	38.720	
Benefício Definido	40.783	38.720	
1.2. Benefício a Conceder	123.307	118.286	
Benefício Definido	123.307	118.286	
2. Equilíbrio Técnico	36.064	29.063	
2.1. Resultados Realizados	36.064	29.063	
Superávit técnico acumulado	36.064	29.063	
Reserva de contingência	36.064	29.063	
3. Fundos	39	30	
3.1. Fundos Previdenciais	0	0	
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	39	30	
4. Exigível Operacional	1.380	610	
4.1. Gestão Previdencial	1.371	602	
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	9	8	
5. Exigível Contingencial	57	75	
5.1. Gestão Previdencial	0	0	
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	57	75	

6. FUNDOS

Valores em R\$ Mil		
FUNDOS	2017	2016
Fundos Administrativos	201	122
Fundos dos Investimentos	39	30
TOTAL	240	152

6.1. Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na apuração das receitas, despesas e resultado dos investimentos da Gestão Administrativa, o saldo em 31/12/2017 é de R\$ 201 mil.

6.2. Fundo de Investimento

O Fundo de Investimento é constituído por taxa cobrada sobre empréstimo, tendo por fim dar quitação a eventuais saldos devedores não pagos em decorrência de morte dos tomadores, o saldo na posição de 31/12/2017 é de R\$ 39 mil.

7. DETALHAMENTO DOS AJUSTES E ELIMINAÇÕES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em observação ao o item 30, letra l, anexo A, da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, demonstramos o quadro abaixo:

Valores em R\$ Mil		
AJUSTES E ELIMINAÇÕES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
DESCRIÇÃO	2017	2016
ATIVO	201	122
REALIZÁVEL	201	122
GESTÃO ADMINISTRATIVA	201	122
PARTICIPAÇÃO NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	201	122
PASSIVO	201	122
PATRIMÔNIO SOCIAL	201	122
PARTICIPAÇÃO NO FUNDO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA PGA	201	122

8. APURAÇÃO DO RESULTADO

O superávit apurado em 2017 é atribuído á boa rentabilidade dos investimentos, onde todos os segmentos superaram a meta atuarial. Destaca-se a boa performance do segmento de renda variável e o ganho auferido na reavaliação dos móveis.

O resultado positivo superou o valor do custo da redução da taxa de juros de 5,50% para 5%, somado ao impacto provocado pela mudança do Fator de Determinação do Valor Real de Salários e de Benefícios. Valor este que aumentou consideravelmente o total das provisões matemáticas.

- Regime adotado

O regime financeiro adotado na avaliação atuarial é o de Capitalização. O método específico utilizado pelo Plano de Benefícios Definido – BD da FAPECE se caracteriza pelos seguintes atributos:

- Cálculo agregado;
- tendência de contribuições niveladas;
- reconhecimento e distribuição, entre os participantes e beneficiários, de todos ganhos e perdas atuariais, refletidos no custo normal;
- custo de fundação dos benefícios decrescentes no tempo.

• Principais premissas utilizadas na avaliação atuariais são:

O quadro utilizado no estudo das hipóteses de 2017, apresentado pelo atuário é o seguinte:

Taxa real anual de juros	5 % a.a.
Projeção de crescimento real de salário	0% a.a.
Tábua Atuarial de Mortalidade Geral de Válidos	AT-2000 Masculina
Tábua Atuarial de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Tábua Atuarial de Mortalidade de Inválidos	Muller
Fator de Capacidade de Salários e Benefícios do Plano	0,9818
Composição da família de pensionistas	Família real

Conforme informações constantes no estudo de aderência elaborado pelo atuário, ocorreram 2 (duas) alterações de hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, em relação à avaliação atuarial de 31/12/2016, para serem empregadas na avaliação atuarial de 31/12/2017.

Como demonstrado no quadro acima, a alteração das premissas atuariais retro mencionadas (taxa real anual de juros atuarial e fator de capacidade para salários e benefícios do plano) importou na elevação das provisões matemáticas em **R\$ 8.576.719,54** (oito milhões, quinhentos e setenta e seis mil, setecentos e dezenove reais e cinquenta e quatro centavos), considerada a data de referência de 30/09/2017, elevação de 5,62% em relação ao valor atual das mencionadas provisões matemáticas.

Conforme informações já encaminhadas para Previc, existe uma tendência de queda da taxa de juros de longo prazo no Brasil. Por este motivo iniciamos estudos atuariais considerando a redução dessa premissa para se verificar: a) o impacto sobre os benefícios do plano mantendo-se as atuais contribuições; b) o novo nível de contribuições laborais e patronais, no caso de se desejar manter inalterada a atual meta de benefícios.

• Custeio Administrativo

O custeio administrativo engloba as despesas administrativas de todos os programas, utilizando-se, para sua cobertura, a receita prevista no plano de custeio anual calculada pelo atuário, que é apropriada mensalmente.

Conforme determinação do órgão fiscalizador, as despesas administrativas são desmembradas em despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, tendo como base o critério de rateio definido pelo Conselho Deliberativo da entidade, por ocasião a aprovação do orçamento anual.

Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de previdência e de investimentos foram registrados integralmente como despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente.

Os valores apropriados às atividades administrativas foram registrados conforme tabela a seguir:

Descrição das despesas	Despesas Administrativas previdenciais	Despesas administrativas de investimento
Pessoal e encargos	50%	50%
Treinamentos/congressos e seminários	50%	50%
Viagens e estadias	50%	50%
Serviços de terceiros	50%	50%
Despesas gerais	50%	50%
Depreciações e amortizações	50%	50%

Porém informamos que o serviço prestado pelo Atuário é alocado totalmente no grupo de despesas da Gestão Previdencial.

9. SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

9.1. Imposto de Renda – IR

Em 29.12.2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01.01.2005, ficam dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicos e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar. A partir de então, a tributação ocorre diretamente ao participante (na fonte) quando do resgate de sua reserva de poupança ou quando o mesmo passa à condição de assistido nos termos da legislação pertinente.

9.2. Contribuição para o Programa de Integração Social – COFINS e Programa de Integração Social – PIS

De acordo com a MP-SRF nº 66 de 29/08/2002, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar são tributas na alíquota de 4% referente ao COFINS e 0,65% referente ao PIS.

De acordo com a Lei nº 10.684/2003, a FAPECE é obrigada ao pagamento mensal das contribuições PIS (à alíquota de 0,65%) e COFINS (à alíquota de 4%) incidentes sobre as receitas do Plano de Gestão Administrativa - PGA, inclusive rendimentos das aplicações com a dedução do ganho oriundo de vendas de bens do Ativo Permanente. Durante o exercício de 2017, as despesas administrativas com PIS e COFINS corresponderam a um total de R\$ 72 mil (2016: R\$65 mil).

9.3. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

De acordo com a Lei nº 10.426/2002 as Entidades Fechadas de Previdência Complementar são isentas do recolhimento da CSLL.

10. ATIVO CONTINGENCIAL – OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – OFND

Em 2017, ainda se mostrou incerto o desfecho jurídico, sobretudo, porque estão pendentes de julgamento alguns recursos atinentes a uma ação rescisória impetrada pela União. Por força do Decreto-Lei nº 2.228, de 23/07/1986, a FAPECE, como todas as EFPC patrocinadas por empresas do setor público, foi obrigada a adquirir Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND, mediante utilização de 30% de suas reservas técnicas. Aconteceu, porém, que, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, esses papéis sofreram expurgos inflacionários não previstos na legislação aplicável, o que acarretou prejuízos aos seus detentores. Assim, a ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar), em 11/10/1991, ingressou com uma ação ordinária de cobrança desses expurgos inflacionários em favor de seus associados, inclusive da FAPECE (23ª Vara Federal – Rio de Janeiro; Processo nº 0123902-36.1991.4.02.5101 - nº antigo 91.0123902-3). A decisão judicial final (transitada em julgado) foi favorável à ABRAPP de forma que em 30/06/2011 ingressou com a ação de execução de sentença. O montante estimado (a preços de fevereiro de 2011) é de R\$ 491.710,77. Mas, dado ainda a incerteza quanto a valores e ao sucesso da citada ação de execução, a PREVIC, por meio do expediente Ofício nº 4.638/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, datado de 14/10/2011, com base no consagrado princípio da prudência previsto na legislação contábil, determinou que não se procedesse ao registro contábil do fato em tela, mas tão somente que se fizesse constá-lo nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Fortaleza, 31 de dezembro de 2017.

Tiago Parente Lessa
Presidente
CPF: 589.856.543-49

Francisco de Assis Sousa
Diretor de Seguridade
CPF: 097.806.373-20

Isaac Lopes de Menezes Almeida
Contador CRC-CE nº 6298
CPF: 032.759.223-00

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros da

Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce – FAPECE

Fortaleza – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce – FAPECE** (“Entidade” ou “Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce – FAPECE** em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Precificação das Obrigações Atuariais e Equilíbrio Técnico

As Resoluções CNPC n.ºs 15 e 16, de 19.11.2014, estabeleceram novas regras a partir do balanço do exercício 2015, relativos às condições e procedimentos relacionados à solvência dos planos de benefícios, assim resumidos:

- (i) - regras de precificação das provisões matemáticas, quando a taxa de juros real anual da rentabilidade esperada dos investimentos é utilizada também para atualização dos compromissos atuariais de cada Plano;
- (ii) - estabelecido o conceito de “*duração do passivo*”, que deverá ser observado para gerenciamento dos Planos em suas características e especificidades, e corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios, líquidos das correspondentes contribuições;
- (iii) - novas condições e procedimentos a serem observados a partir da apuração de superávit e déficit dos planos previdenciais, que compõem o equilíbrio técnico contabilizado e evidenciado no balanço. As sobras ou insuficiências, apuradas e contabilizadas nos planos previdenciais, somente poderão ser destinadas ou equacionadas, respectivamente, após a inserção dos valores oriundos do “*Ajuste de Precificação*” dos Títulos Públicos Federais, positivo ou negativo. O montante correspondente ao referido ajuste não é contabilizado, mas deve ser apresentado em demonstração contábil complementar e as devidas descrições constam nas notas explicativas.

Dessa forma, os efeitos decorrentes dos estudos técnicos gerenciais e respectivas apurações referentes à *"duração do passivo"*, ao *"ajuste de precificação de títulos públicos"* e ao *"equilíbrio técnico ajustado"* não são objeto de contabilização e, por conseguinte, não estamos expressando opinião sobre esses efeitos divulgados pela Entidade.

Sobre este assunto, chamamos a atenção para a Nota Explicativa de nº 4.4.4.1.3, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano de Benefícios – BD. De acordo com a Resolução MPS/ CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de mercado classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos, em 31/12/2017 apresentou resultado positivo de R\$ 162 mil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, consoante as normas e procedimentos contábeis aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar naquele exercício, que emitiram relatório datado de 12 de maio de 2017, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma

perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

☐ identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

☐ obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

☐ avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

☐ concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;

☐ avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive, quando aplicável, as eventuais deficiências significativas nos controles internos que avaliamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza – CE, 16 de março 2018.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PE – 000680/O-0 – “S” – CE

Paulo de Tarso M. Malta Jr

11. PARECERES DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

11.1 PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com o Art. 42 do Estatuto da ENTIDADE e consoante ao que estabelece a letra “j”, do item 17, do Anexo “C”, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 08, de 31 de outubro de 2011, e com base na análise das Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2017, consubstanciado pelo Parecer Atuarial da Empresa Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, responsável técnica pelo Plano de Benefícios, assim como pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela Empresa PHF Auditores Independentes S/S. Este Conselho recomenda ao Conselho Deliberativo a aprovação das referidas Demonstrações contábeis e atuariais.

Fortaleza, 23 de março de 2018.

Odilon Newtácio Cruz
Presidente

Claudio Matoso Vilela Lima
Conselheiro

Maria de Lourdes Freire de Sousa
Conselheira

11.2 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Em conformidade com o Art. 37 Inciso XI do Estatuto da entidade e consoante ao que estabelece a letra “k”, do item 17, do Anexo “C”, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 08, de 31 de outubro de 2011, e com base na análise das Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2017, consubstanciado pelo Parecer Atuarial da Empresa Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, responsável técnica pelo Plano de Benefícios, assim como pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela Empresa PHF Auditores Independentes S/S e pelo Parecer do Conselho Fiscal, este Conselho Deliberativo aprova as referidas Demonstrações Contábeis e atuariais.

Fortaleza, 23 de março de 2018.

Francisco Daniel De Sousa
Presidente

Itamar Teixeira Bezerra
Conselheiro

Alrilo Machado Cavalcante
Conselheiro



Fundação Assistencial e Previdenciária da EMATERCE

PATROCINADORES

EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Ceará
FAPECE – Fundação assistencial e previdenciária da EMATERCE

CONSELHO DELIBERATIVO

Francisco Daniel de Sousa - Presidente
Itamar Teixeira Bezerra - Membro Titular
Alrilo Machado Cavalcante - Membro Titular

CONSELHO FISCAL

Odilon Newtácio Cruz - Presidente
Claudio Matoso Vilela Lima - Membro Titular
Maria de Lourdes Freire de Sousa - Membro Titular

DIRETORIA EXECUTIVA

Tiago Parente Lessa - Diretor Presidente
Francisco Alves De Souza - Diretor de Seguridade

CONTATOS

Rua Vicente Linhares, 360
Aldeota - CEP: 60.135-270
Email: Fapece@fapece.com.br
Fortaleza, Ceará
Fone: (85) 3244.6557
(85) 3224.2681
Fax: (85) 3261.4689